

OS ATOS DE FALA DOS TEXTOS INSTRUCIONAIS E SUAS REPERCUSSÕES INTERLOCUTIVAS

Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira (UERJ)

hilmaribeiorj@yahoo.com.br

Maria Teresa Tedesco Vilar do Abreu (UERJ)

teresatedesco@uol.com.br

1. *Introdução*

O presente trabalho se propõe a analisar a estrutura discursiva de quatro gêneros, a saber: a receita culinária, a bula, o manual de instruções e o contrato jurídico, com a finalidade de demonstrar as formas de ações que se prestam a instruir, em tais enunciados. Os quatro gêneros, que possuem em comum proporcionar a realização de diferentes tarefas interlocutivas, muitas vezes, podem não garantir, efetivamente, tal demanda interpessoal.

Isso porque os textos, todos de caráter instrucional possuem formas de direcionamento dos comandos de modos diferenciados, o que chamou-nos a atenção e mostrou a possibilidade de detecção de níveis distintos de estipulação dos procedimentos por eles abarcados. Nesse caso, os quatro gêneros, que possuem uma finalidade específica – a instrução dos indivíduos – perfazem, por outro lado, formas de apresentação das ações e procedimentos reveladores de formas interlocutivas diferenciadas.

Para fins da pesquisa, estipula-se que a configuração macrodiscursiva dos gêneros pressupõe as seguintes ações, de acordo com o modo como os comandos neles presentes são especulados:

Gênero	Ações
Receita	Sugerir, aconselhar
Manual técnico	Instruir, advertir
Bula de medicamentos	Prevenir, acautelar
Contrato jurídico	Impor, ordenar

Os levantamentos de tais ações, reveladoras do caráter macrodiscursivo dos quatro gêneros, se prestam à estipulação dos procedimentos e são possíveis mediante a perspectiva interlocutiva de análise da linguagem. Utilizamos, de acordo com tal ponto de vista, a proposta analítica evidenciada por Austin (1956), segundo o qual a linguagem é, prioritariamente, reveladora do modo de agir no mundo exterior, mediante o desejo dos falantes, em situações comunicativas específicas.

O que constitui nossa esfera analítica se presta a verificar como os quatro gêneros, que possuem similaridades acerca do uso discursivo corroboram, por outro lado, quatro patamares diferenciados, de acordo com as formas de apresentação das ações interlocutivas, por eles abarcadas.

Para fins da pesquisa ora proposta, consideramos os questionamentos de Searle (1981; 2002), acerca das categorias de ações discursivas, que serão cotejadas com o estudo frasal. Isso porque, o ato de fala possui similaridades constitutivas com aquelas do estudo frasal.

Assim, a análise dos dados será feita a partir do que fora corroborado com a teoria dos atos de fala e, por outro lado, considera-se também, alguns pressupostos conceituais do que se constitui por “frase”. Examina-se, para tanto, autores tais quais: Said Ali (1964) Rocha Lima (1976), Evanildo Bechara (1977), Celso Cunha (1978) e Azeredo (2010), evidenciando a correspondência entre os dois conceitos, que correspondem a visões complementares.

Tais esferas analíticas se prestam, em última instância, à demonstração das formar de ação do tipo injuntivo e de sua aplicação à questão da leitura e percepção dos sentidos textuais, conforme demandado pela linha de pesquisa na qual o trabalho está inserido⁷⁹.

2. *Os atos de fala e a frase*

A teoria dos “atos de fala” ou “atos de linguagem” foi originada a partir de Austin (1956) segundo o qual a linguagem possui como propriedade principal o agir, no mundo exterior de acordo com o desejo dos falantes.

Para tanto, tal esfera analítica dimensiona as proposições de acordo com a forma como os indivíduos precisam considerar o que é dito, de modo a salientar os desejos dos falantes em desculpar-se, pedir, parabenizar, questionar, persuadir, solicitar, etc., enfim, “agir” por meio da linguagem. E, portanto, tal esfera analítica da linguagem privilegiará o papel assumido, pelos interlocutores, na interpretação dos sentidos textuais.

De acordo com tal pensamento, a linguagem deve ser considerada como “uma atividade construída pelos interlocutores, ou seja, é impossível

⁷⁹ O trabalho ora apresentado faz parte da pesquisa de Doutorado na UERJ, de acordo com a linha “Ensino da Língua Portuguesa: história, políticas, sentido social, metodologias e pesquisa”.

vel discutir a linguagem sem considerar o ato de linguagem, o ato de estar falando – a linguagem não é assim descrição do mundo, mas ação”. (PINTO, 2006, p. 57).

Nesse caso, propõe-se enfatizar o que fora desenvolvido por um segundo autor, também alinhado à tal esfera analítica da linguagem. Destarte, o que fora postulado por Austin (1956), que evidenciou a questão acionista na comunicação dos indivíduos é redimensionado por Searle (1981), segundo o qual, a existência da ação linguística será comum a qualquer uso da linguagem, de acordo com a “força ilocutória” dos enunciados. Desse modo, para esse autor,

O marcador de força ilocucional indica o modo pelo qual é preciso considerar a proposição, isto é, qual será a força ilocucional a atribuir à enunciação; ou, ainda, qual é o ato ilocucional realizado pelo falante quando profere a frase. (...) Posso indicar o tipo de ato ilocucional que realizo, começando a frase com “Peço desculpa”, “advirto”, “afirmo” etc. Frequentemente, nas situações concretas de discurso, é o contexto que permitirá fixar a força ilocucional da enunciação, sem que haja necessidade de recorrer ao marcador explícito apropriado. (SEARLE, 1981, p. 43 e 44)

As proposições devem ser consideradas, portanto, de acordo com a forma pela qual os indivíduos reconhecem as ações nelas presentes, de modo a reconhecer o desejo acionista dos falantes. Nesse caso, a pesquisa ora proposta demonstra a pertinência do reconhecimento das ações, demandadas pelos quatro gêneros em tela, a saber: a receita, a bula, o manual e o contrato, que irão apresentar, textualmente, os desejos acionistas dos seus locutores.

A superfície textual desses enunciados pressupõe, portanto, formas diferenciadas de ação, de acordo com o propósito final de uso dos gêneros. As marcas linguísticas que comprovam a existência de tais esferas acionistas podem ser analisadas mediante, por exemplo, as frases e sequências imperativas presentes na superfície discursiva desses enunciados, de modo a atender as suas demandas de uso.

Pode-se, portanto, cotejar o conceito de “ato de fala” com o de “frase” sendo que um realiza, textualmente, o que é configurado, na interlocução. Desse modo, constata-se em Azeredo (2010) uma associação dos dois conceitos, de modo a demonstrar que

As pessoas dirigem a palavra umas às outras por algum propósito: pedir ou dar uma ordem, agradecer um favor, expressar uma censura ou um elogio, desculpar-se, iniciar, continuar ou encerrar uma conversa, etc. Este comportamento verbal, com que expressamos alguma intenção comunicativa, é o que

de chama um ato de fala, e a menor unidade linguística que o realiza discursivamente constitui uma frase. (AZEREDO, 2010, p. 71)

A forma como as pessoas se dirigem umas as outras é, então, evidência dos atos de fala presentes na linguagem, e a estrutura textual que os materializa são, por fim, as frases. As diferentes formas de categorização do conceito frasal, nas gramáticas, constituem, portanto, uma importante esfera analítica, e revelam a paridade da sua associação com os “atos de fala”. Trazemos, pois, algumas caracterizações, encontradas em autores de gramáticas de língua portuguesa.

O conceito de “oração” proposto por Ali (1964) é uma referência no que diz respeito às caracterizações acerca da “frase”, de acordo com as gramáticas pesquisadas. Isso porque o autor, ao abordar o conceito, dá uma visão abrangente acerca do que vem a constituir o tema, de acordo com duas dimensões que se complementam.

Nesse caso, o autor avalia as perspectivas dos “gramáticos” e dos “linguistas” acerca do tema, chegando à conclusão de que

[As] considerações permitem concluir que para o gramático, para o linguista (*sic*), é de pouca monta acrescentar à definição da oração, cousas (*sic*) próprias do domínio da lógica e da psicologia e que levam os pensadores a enredar-se nos meandros da metafísica. Não é essencial averiguar rigorosamente o que se passa no intelecto dos indivíduos falante e ouvinte como pontos de partida e chegada do pensamento; o que importa é assinalar que um indivíduo transmite a outro o conhecimento de um fato por meio de certa combinação de palavras, ou, ainda, por uma só palavra. (ALI, 1964, p. 266)

A transmissão de conhecimento, de modo a assinalar o pensamento dos falantes é, portanto, a questão fulcral em torno do conceito, que será também, levantada em outros autores. Os compêndios gramaticais usam, em suas designações, alguns nomes, tais quais: “oração”, “preposição”, “sentença” ou “frase”, que vislumbram, contudo, o mesmo conceito, conforme Ali (1964).

Entretanto, ainda que ocorram nomes comuns para designar o mesmo conceito, ao determinarem sua natureza discursiva, em diferentes “épocas linguísticas” podem aliar suas colocações ao pensamento corroborado por Azeredo (2010), quando esse autor, ao discriminar “frase” e “oração” mostra a natureza interlocutiva majoritária do primeiro conceito. Eis algumas definições acerca da frase, em seguida.

Para Rocha Lima (1976), “Frase é a expressão verbal de um pensamento. Pode ser brevíssima, constituída às vezes por uma só palavra, ou longa e acidentada, englobando vários e complexos elementos”.

(1976, p. 203). O autor retira, nesse caso, qualquer ligação com a questão sintática, já que conceptualiza a frase a partir, apenas, da questão intelectual.

Já para Bechara (1977), ocorre uma mistura de questões de esfera sintática e psíquica, quando esse autor define a “oração” (e não a “frase”) como “uma unidade de sentido do discurso”, contudo, falando de “estruturação oracional”, o que pode interpor, ao conceito, a estrutura sintática da língua. Veja: “A oração encerra a menor unidade de sentido do discurso com propósitos definidos, utilizando elementos de que a língua dispõe de acordo com determinados modelos de estruturação oracional”. (BECHARA, 1977, p. 194)

Essa mesma mistura de âmbitos sintático e discursivo ocorre na exploração do conceito por Cunha (2007), em que encontramos a seguinte definição para frase: “A frase é um enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação. A parte da gramática que descreve as regras segundo as quais as palavras se combinam para formar *frases* denomina-se *sintaxe*”. (CUNHA, 2007, p. 119)

O que gostaríamos de ressaltar é que, embora os autores detectem fatores discursivos e sintáticos em torno da frase, a questão da “expressividade do pensamento” dos indivíduos por meio da combinação de palavras é a questão comum na conceptualização da frase e, tal elemento é o que fora preconizado por Ali (1964).

Tais colocações acerca da frase estão alinhadas ao conceito de atos de fala, conforme mostrado em Azeredo (2010) e, a partir de tais pressupostos teóricos, passamos a mostra de análise dos dados de nossa pesquisa.

3. *Análise dos corpora*

Observe os exemplos 1, 2, 3 e 4 retirados dos *corpora* de nossa pesquisa, que demonstram as diferentes formas de ação a partir de frases imperativas, de acordo com a natureza interlocutiva dos gêneros em tela.

A fim de proporcionar uma análise contrastiva, os excertos demonstram a forma de instruir por meio de comandos, diferenciados, de acordo com as aplicações das tarefas pressupostas pelos enunciados de natureza imperativa.

Exemplo 1:

Tempere o frango com alho, sal, pimenta e o vinho branco. Deixe no tempero por mais ou menos duas horas... (Encarte de “Prezunic Supermercados”: As mil e uma receitas de Rodolfo Bottino)

O exemplo 1, que se trata de instruções acerca da forma de preparação de uma iguaria, representada pelas frases imperativas: “*Tempere o frango com alho, sal, pimenta e o vinho branco*” e “*Deixe no tempero por mais ou menos duas horas*” pode transmitir a instrução de modo a demonstrar o tom atenuado no emprego dos comandos. A leitura de tal excerto pode demandar dos interlocutores certa flexibilidade quanto ao acatamento de tais comandos.

Isso porque, por exemplo, o frango não precisa ser temperado exatamente com os ingredientes citados na receita, ou seja, o “alho, sal, pimenta e o vinho branco”. Quem prepara a receita possui certa liberdade acerca do emprego desses elementos. Quanto à forma de preparo da receita, também existem outros fatores que demonstram tal nível atenuado para emprego dos comandos.

Acerca do tempo de permanência no tempero, não há a obrigatoriedade de que a carne fique, exatamente, por duas horas sendo temperada, conforme a instrução: “*Deixe no tempero por mais ou menos duas*”, pois esse período poderá ser bem maior ou menor do que o que é sugerido, de acordo com o efeito do sabor desejado e o tempo disponível para preparo do prato.

No exemplo 1, percebe-se que a “obrigatoriedade” quanto a seguir “à risca” o que está sendo dito dependerá muito do desejo e disponibilidade para o preparo da receita culinária além da experiência de quem vai preparar o prato. O que é instruído no gênero “receita”, portanto, muitas vezes não pressupõe a obrigatoriedade de o interlocutor seguir as instruções transmitidas, integralmente, para obter o efeito desejado na preparação de determinada iguaria. Dessa forma, a força ilocutória aferida pelas sequências de frases imperativas, nesse gênero, pode corporificar o “ato de sugerir”.

Exemplo 2:

Leia estas diretrizes básicas. A falta de atenção a essas regras pode oferecer perigo ou ser ilegal. Leia o Manual do Usuário, na íntegra, para obter mais informações. (manual Nokia, p. 10)

No exemplo 2, por outro lado, não podemos afirmar que os procedimentos são transmitidos para o interlocutor com esse mesmo caráter, de cunho sugestivo, conforme estipulado pelo gênero “receita culinária”. Isso porque esse exemplo trata-se de uma advertência, feita no início do manual de instruções, no caso, de manuseio de aparelho de telefonia celular, que possui, portanto, um caráter mais rigoroso do que a “sugestão”.

A leitura dessas instruções é uma tarefa importante para que os procedimentos a serem informados, ao longo do manual, possam ser compreendidos de forma satisfatória e, por fim, que o usuário obtenha os resultados desejados para o manuseio e uso do aparelho telefônico.

Por conta de tais implicações de uso, pode-se assumir que a força ilocutória dos comandos, no gênero tal qual a existente na frase “*Leia essas diretrizes básicas*” confere o caráter de “advertência” e não sugestão, como os comandos acionados no gênero receita. Tal fator interlocutivo é, portanto, reflexo do caráter impositivo pressuposto pela própria natureza do gênero.

Exemplo 3:

Siga a orientação de seu médico, respeitando sempre os horários, as doses e a duração do tratamento. (bula de Rivotril)

O exemplo 3, dado o caráter do gênero, que se trata da estipulação de procedimentos acerca do uso de um medicamento, pode-se verificar que ocorre, também, uma “força ilocutória” mais rígida acerca do emprego das frases imperativas, usadas para o estabelecimento de procedimentos. Seguir o que o locutor do texto estipula, por exemplo, pelo uso da frase “*Siga a orientação de seu médico*” torna-se uma ação obrigatória, dada a natureza do procedimento, abarcado pelo gênero bula.

Isso porque, se a instrução não for seguida, dada a natureza química do que é manuseado, no caso, um medicamento de uso controlado, o não acatamento do que é instruído pode acarretar em prejuízos sérios à saúde do paciente, como disfunções graves de ordens psíquicas e biológicas. O ato de fala que poderia ser detectado, no exemplo, seria o de “ordenar” ou “impor”, dadas as características de uso pressuposta pelo gênero.

Exemplo 4:

O cartão é de uso pessoal do titular e intransferível. (contrato bancário da Caixa Econômica Federal)

Comparando o exemplo 3, que predispõe acerca do procedimento para manuseio de um medicamento de uso controlado, com o exemplo 4, vemos o mesmo caráter interlocutivo na apresentação das informações. A natureza do que está sendo informado, nesse excerto, que se trata de uma descrição do objeto do contrato, um “cartão bancário” estipula uma instrução rígida, e não, apenas a descrição do que vem a ser o cartão magnético.

Nesse caso, a frase descritiva “*o cartão é de uso pessoal do titular e intransferível*”, se considerada de acordo com os níveis interlocutivos, conforme Austin (1956) pode ser assumida como uma instrução, acerca da forma como o cartão magnético deve ser utilizado, incontornavelmente.

Dessa forma, por exemplo, o uso do cartão por outra pessoa, que não seja o proprietário é uma prática que envolverá riscos, pois, o acesso a informações bancárias do proprietário ficará permitido, o que poderá acarretar em possíveis danos jurídicos e financeiros para o proprietário da conta corrente.

Por conta de tais detalhamentos de ações, têm-se, a partir das frases imperativas, estipuladoras de procedimentos nos gêneros, alguns fatores interlocutivos importantes a serem analisados para a leitura e compreensão textual de tais enunciados. A força ilocutória a ser desencadeada na realização dos procedimentos pressupostos pelos gêneros está, por exemplo, condicionada ao seu tipo de objetivo e também da forma como o locutor do texto se coloca, discursivamente.

Assim, a estipulação dos procedimentos demonstra certa “gradação” quanto ao nível impositivo das instruções, configurando as seguintes forças ilocutórias, a partir da análise das frases, conforme temos defendido:

Gênero	Ações
Receita	Sugerir, aconselhar
Manual técnico	Instruir, advertir
Bula de medicamentos	Prevenir, acautelar
Contrato jurídico	Impor, ordenar

Por conta de tais fatores, se os tipos de frases podem ser analisados nos gêneros escolhidos, vislumbrando formas de ação diferenciadas de acordo com as ações pressupostas pelas frases imperativas, tais aspectos, que são vistos num âmbito microdiscursivo, podem demonstrar, num

outro patamar, mais ampliado, como essas estruturas linguísticas concebem “macroatos interlocutivos” de acordo com cada um dos gêneros.

Isso porque, ao verificar como os sentidos são assumidos, pelos interlocutores, durante a leitura, requer a incorporação das ações, que estão num escopo minoritário, no interior da composição textual, perfazem macroações, que podem ser identificadas de acordo com as formas de aplicação interpessoal dos gêneros.

Dessa forma, o uso de uma bula de medicamentos, por exemplo, estipula um tipo de direcionamento interlocutivo que pode demonstrar as ações, vistas de forma mais ampla, perfazendo a aplicação das instruções ao contexto de seu uso. Ao estipular os procedimentos necessários ao manuseio e ministração do remédio, há uma “tonalidade” interlocutiva que pode ser vista de modo a demonstrar os cuidados acerca do uso do medicamento, na consideração do conjunto de formas de ação inerente ao gênero.

No caso desse gênero, em si, o tom de “precaução”, requerido na efetuação dos procedimentos para sua aplicação pode, em última análise, perfazer o macroato de “prevenção”, já que seu uso estará relacionado à saúde dos indivíduos, que é um bem inegociável.

Por isso, os procedimentos que visam à instrução dos interlocutores acerca do manuseio e ministração dos medicamentos podem ser considerados de acordo com esse macroato de “prevenção”, uma vez que tais procedimentos visam à manutenção da saúde dos indivíduos.

Por outro lado, natureza de uso de uma receita culinária, contrato ou manual de instruções irá perfazer tipos de macroatos diferentes, que serão aplicáveis às situações de utilização de cada um dos gêneros. Isso quando considerados os conjuntos de atos de fala requeridos nesses enunciados, para as tarefas ancoradas nos textos, pelos interlocutores.

4. Conclusão

Nossa proposta de análise linguística preconiza um alinhamento de dois grandes campos teóricos, que se complementam, acerca do estudo discursivo dos enunciados. Conforme visto, anteriormente, o estudo frasal abrange as formas enunciativas concebidas como sendo unidades comunicativas que irão demonstrar a intencionalidade discursiva dos falantes, de acordo com as peculiaridades enunciativas dos tipos frasais.

Esse escopo de observação do fenômeno frasal é possível mediante estudos de ordem estrutural, o que pode ser visto nas categorias de frases abordadas pelas gramáticas pesquisadas e, por outro lado, também têm sua correspondência nas categorias interlocutivas dos atos de fala. Ambos os estudos concentram-se, portanto, na estrutura interlocutiva da linguagem, de acordo com essas unidades enunciativas microdiscursivas.

Procuramos, portanto, abordar tais focos de análise, mediante o que expusemos, a partir das concepções interlocutivas, pressupostas pela teoria dos atos de fala – que se centra no aspecto da ação linguística efetivada pelas diferentes formas de intercâmbio comunicativo dos falantes – e pelo estudo frasal, dentro do que está posto como paradigma, na descrição gramatical – que procura focalizar, também, o aspecto interlocutivo na produção verbal dos falantes.

A leitura dos textos de procedimento, a partir de tais colocações pode vislumbrar maior ou menor rigor na apresentação dos comandos. E, os textos instrucionais irão, portanto, demandar dos interlocutores formar de acatamento dos procedimentos diferenciados, de acordo com a natureza discursiva de cada um dos gêneros.

Assim, a consideração das ações, pressupostas por frases imperativas nos gêneros é um importante elemento na consideração dos sentidos a serem assumidos pelos indivíduos nos textos de procedimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Said. *Gramática histórica e gramática secundária da língua portuguesa*. Ed. rev. e atual. Brasília: Universidade de Brasília, 1964.

AUSTIN, John L. *How to do things with words*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1962.

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 22. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.

CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1978.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina. *Introdução à linguística 2*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SEARLE, John. *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra: Almedina, 1981.